

ENCARTE  
ESPECIAL

INFORMATIVO DA  
FUNDAÇÃO  
PETROBRAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL  
ANO XII NÚMERO 4  
ABRIL DE 2002

jornal da



Fundação Petrobras  
de Seguridade Social  
**PETROS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
em 31 de dezembro  
de 2001 e de 2000

**BALANÇO PATRIMONIAL** - Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Disponível</b>	<b>4.667</b>	<b>526</b>
<b>Realizável</b>		
Programa previdencial	179.017	1.239.651
Programa administrativo	4.124	858
<b>Programa de investimentos</b>		
Renda fixa	12.826.686	3.765.138
Renda variável	2.401.933	2.236.992
Investimentos imobiliários	773.967	768.643
Operações com participantes	331.560	230.584
Outros investimentos	486.553	470.950
	<u>16.820.699</u>	<u>7.472.307</u>
	<u>17.003.840</u>	<u>8.712.816</u>
<b>Permanente</b>	<b>32.868</b>	<b>11.521</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>17.041.375</b>	<b>8.724.863</b>

Em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Operacional</b>		
Programa previdencial	2.551.178	6.074
Programa administrativo	10.527	10.671
Programa de investimentos	33.472	61.748
	<u>2.595.177</u>	<u>78.493</u>
<b>Contingencial</b>		
Programa administrativo	4.196	4.905
Programa de investimentos	598.699	467.280
	<u>602.895</u>	<u>472.185</u>
<b>Reservas técnicas</b>		
<b>Reservas matemáticas</b>		
Benefícios concedidos	12.383.480	11.243.622
Benefícios a conceder	1.556.409	1.219.286
Reservas a amortizar		(4.234.946)
	<u>13.939.889</u>	<u>8.227.962</u>
<b>Superávit/ Déficit técnico</b>	<u>(431.139)</u>	<u>(84.453)</u>
	<u>13.508.750</u>	<u>8.143.509</u>
<b>Fundos</b>		
Programa previdencial	212	
Programa administrativo	334.341	30.676
	<u>334.553</u>	<u>30.676</u>
<b>Total do passivo</b>	<b>17.041.375</b>	<b>8.724.863</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Programa previdencial</b>		
Receitas	5.879.180	2.747.976
Despesas	(1.169.188)	(1.041.158)
Transferência para o custeio do programa administrativo	(354.372)	(91.320)
Resultado dos investimentos previdenciais	1.009.833	678.257
Recursos oriundos do programa administrativo		28.100
Saldo disponível para constituições	5.365.453	2.321.855
Formação de reservas matemáticas	(5.711.927)	(2.422.925)
Formação de fundo	(212)	-
Déficit do exercício	(346.686)	(101.070)
Transferido para o resultado acumulado	<b>346.686</b>	<b>101.070</b>
<b>Programa administrativo</b>		
Recursos oriundos de outros programas	354.372	91.320
Receitas	211	28
Despesas	(58.117)	(56.019)
Recursos transferidos para outros programas	-	(28.100)
Resultado dos investimentos administrativos	8.509	3.121
Saldo disponível para constituições	304.975	10.350
Formação de fundos	(303.665)	(8.096)
Saldo para formação de contingências	<b>1.310</b>	<b>2.254</b>
<b>Programa de investimentos</b>		
<b>Renda fixa</b>		
Receitas	765.798	712.517
Despesas	(75.204)	(152.571)
	<b>690.594</b>	<b>559.946</b>
<b>Renda variável</b>		
Receitas	1.050.621	951.961
Despesas	(988.264)	(868.769)
	<b>62.357</b>	<b>83.192</b>
<b>Investimentos imobiliários</b>		
Receitas	119.749	81.730
Despesas	(23.600)	(30.439)
	<b>96.149</b>	<b>51.291</b>
<b>Operações com participantes</b>		
Receitas	75.303	49.921
Despesas	(7.753)	(5.379)
	<b>67.550</b>	<b>44.542</b>
<b>Outros investimentos</b>		
Receitas	109.245	950
Despesas	(12.673)	
	<b>96.572</b>	<b>950</b>
<b>Relacionadas com o disponível</b>		
Receitas	613	
Despesas	(8.689)	(11.621)
	(8.076)	(11.621)
Outras despesas	<b>(67.642)</b>	
<b>Contingências</b>		
Despesas	80.838	(46.922)
<b>Resultados para transferência para outros programas</b>	<b>1.018.342</b>	<b>681.378</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO - Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2001	2000
<b>Programa previdencial</b>		
Entradas	9.570.264	1.604.557
Saídas	(1.254.534)	(1.074.571)
	<b>8.315.730</b>	<b>529.896</b>
<b>Programa administrativo</b>		
Entradas	191	1.178
Saídas	(84.873)	(54.999)
	<b>(84.682)</b>	<b>(53.821)</b>
<b>Programa de investimentos</b>		
Renda fixa	(8.370.955)	323.273
Renda variável	(153.102)	(496.598)
Investimentos imobiliários	88.516	42.227
Operações com participantes	(33.278)	(53.111)
Outros investimentos	80.969	(470.000)
Outras obrigações	(67.642)	
Despesas relacionadas com disponível	16.327	(11.477)
Contingências	212.258	173.552
	<b>(8.226.907)</b>	<b>(492.134)</b>
<b>Fluxo nas disponibilidades</b>	<b>4.141</b>	<b>(15.969)</b>
<b>Disponibilidade final</b>	<b>4.667</b>	<b>526</b>
<b>Disponibilidade inicial</b>	<b>526</b>	<b>16.495</b>
<b>Variação nas disponibilidades</b>	<b>4.141</b>	<b>(15.969)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto operacional

(a) A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS em 1969, com autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivos primordiais:

(i) a suplementação de benefícios a que os empregados das empresas patrocinadoras e da própria Petros – filiados à Fundação como participantes e assistidos – bem como os respectivos beneficiários, têm direito de auferir como segurados do Instituto Nacional do Seguro Social; e

(ii) a promoção do bem-estar social dos seus participantes e assistidos, especificamente no que concerne à previdência.

O Plano Petros foi instituído pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS em julho de 1970 e é

do tipo benefício definido, que assegura aos seus participantes uma suplementação ao benefício concedido pela Previdência Social. Em 31 de dezembro de 2001, o Plano Petros tinha as seguintes patrocinadoras: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Petrobras Distribuidora S.A., Petrobras Gás - Gaspetro, Ultrafértil S.A., Petrobras Internacional S.A. - BRASPETRO, Petrobras Química - S.A. - Petroquisa, Petroquímica do Nordeste S.A. - Copene; Trikem S.A., Companhia Petroquímica do Sul - Copesul, Petroflex - Indústria e Comércio S.A., Petroquímica União - PQU, Nitriflex S.A. - Indústria e Comércio, DSM- Elastômeros Brasil S/A e Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros.

Em 31 de dezembro de 2001, além do Plano Petros, a Fundação também administrava os seguintes planos:

- Plano YPF, de contribuição definida, instituído em 10 de setembro de 1999, destinado aos empregados e diri-

gentes da Repsol YPF Brasil S/A. Em 15 de setembro de 2000, a Dispal Petróleo Paulínea Ltda. aderiu ao Plano YPF.

- Plano DBA, de contribuição definida para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, instituído em 17 de agosto de 2000, destinado aos empregados da DBA Engenharia de Sistemas Ltda.

- Plano CDSA, de contribuição definida para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, instituído em 2 de outubro de 2000, destinado aos empregados da Cachoeira Dourada S.A.

- Plano TRANSPETRO, de contribuição definida, instituído em 16 de outubro de 2000, destinado aos empregados da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO.

- Plano CONCEPA, de contribuição definida, instituído em 23 de janeiro de 2001, destinado aos empregados da Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

As patrocinadoras do Plano Petros, conforme o disposto no artigo 48, inciso 10, do Regulamento do Plano de Benefícios, comprometem-se a alocar recursos para a cobertura de eventuais insuficiências que venham a ser reveladas no custeio do plano de benefícios, decorrentes das alterações introduzidas em 1984 e 1991 nos artigos 30, 41 e 42 do Regulamento.

**(b)** Em 11 de maio de 2001, o Conselho de Administração da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS aprovou o Regulamento do Plano Petrobras Vida, os critérios da migração dos participantes e os aportes de recursos necessários. Também aprovou o critério de rateio do patrimônio da Petros, proporcional às reservas matemáticas. Determinou que fossem feitas negociações com as empresas patrocinadoras, visando à conclusão do processo da separação das massas. Em 27 de junho de 2001 o Plano Petrobras Vida foi aprovado pelo Departamento de Controle das Empresas Estatais (DEST) e, em 20 de setembro de 2001, pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Ofício no 2.258/SPC/COJ.

O Plano Petrobras Vida é de contribuição definida para os benefícios programáveis e de benefício definido para os benefícios de risco. O processo de migração dos participantes e assistidos do Plano Petros para o

Plano Petrobras Vida foi iniciado em 15 de outubro de 2001 e suspenso em 27 de novembro de 2001 em virtude de liminar concedida em Mandado de Segurança impetrado por entidades sindicais, o que impediu o prosseguimento da migração. A definição sobre o processo de migração depende do julgamento do mérito da questão. Os efeitos contábeis decorrentes da migração serão reconhecidos ao final do processo.

**(c)** Em 31 de dezembro de 2001 encontravam-se em processo de aprovação os seguintes novos planos:

**(i) Plano TRIUNFO**

*Patrocinadora:* Petroquímica Triunfo S.A.

*Características:* Misto (contribuição definida para benefícios programados e benefícios definidos para os benefícios de risco)

*Andamento do processo:* encontra-se na SPC para aprovação

**(ii) Plano SAT**

*Patrocinadoras:* Satélite Distribuidora de Petróleo S/A e Petromarketing Consultoria S.A.

*Características:* Contribuição Definida

*Andamento do processo:* encontra-se na SPC para aprovação

**(iii) Plano IBP**

*Patrocinador:* Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

*Características:* Contribuição Definida

*Andamento do processo:* aprovado pelo Conselho de Curadores da Petros em 27-12-2001. Será submetido à aprovação do Conselho de Administração da PETROBRAS e, em seguida, à SPC.

**(iv) Plano CONCEPA**

Inclusão da patrocinadora Econorte - Concessionária de Rodovias do Norte S.A. no plano instituído pela Concepa.

*Andamento do processo:* aprovado pelo Conselho de Curadores da Petros em 27-12-2001. Será submetido à aprovação do Conselho de Administração da PETROBRAS e, em seguida, à SPC.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social para as entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo, nem a apresentação das origens e aplicações de recursos, que foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

### 3. Principais práticas contábeis

#### (a) Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência. As reservas matemáticas dos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados estatísticos e cadastrais, atualizados, da massa de participantes e assistidos e representam o custo dos benefícios a serem pagos aos participantes e assistidos.

#### (b) Contribuições

As contribuições são registradas pelo regime de competência.

No Plano Petros, as contribuições dos participantes e dos assistidos são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,96% a 14,9% ou 1,45% a 11%, consoante as faixas salariais ou o plano escolhido pelo participante. A taxa de contribuição mensal das patrocinadoras é de 12,93% sobre a folha de salários de contribuição dos participantes ativos do plano. Essa taxa vigora desde 1996, quando foi aprovado pelo Conselho de Administração da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS o novo plano de custeio da entidade, reduzindo a taxa até então vigente, que era de 22,16%.

As contribuições dos demais planos de benefícios administrados pela Petros estão demonstradas no quadro a seguir:

YPF	Contribuição definida
<b>Contribuição do participante</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente a 2% do salário real de contribuição até 5.330 UYPs e mais 0,5%, 7% ou 9% sobre o excedente a 5.330 UYPs;</li> <li>Adicional mensal (opcional): o participante pode definir anualmente o percentual de contribuição;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	
<b>Contribuição da patrocinadora</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente ao valor da contribuição do participante;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	

**UYP:** Unidade YPF de previdência, equivalente a R\$ 1,00 em 01/12/98, e atualizada em junho de cada ano, de acordo com os reajustes gerais dos salários concedidos pela patrocinadora.

CDSA	Misto
<b>Contribuição do participante</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente a 5% do salário real de contribuição;</li> <li>Adicional mensal (opcional): o participante pode definir anualmente o percentual de contribuição;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	
<b>Contribuição da patrocinadora</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente ao valor da contribuição do participante;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	

DBA	Misto
<b>Contribuição do participante</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente a 0,778% do salário real de contribuição até 1.255,32 UDAs e a diferença entre 7,7806% e 6,7714% sobre 1.255,32 UDAs para os salários superiores a 1.255,32 UDAs;</li> <li>Adicional mensal (opcional): o participante pode definir anualmente o percentual de contribuição;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	
<b>Contribuição da patrocinadora</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente ao valor da contribuição do participante;</li> <li>Esporádica;</li> <li>Risco mensal: equivalente a 2,0023% sobre a parte da folha de salários que ultrapassar 1.255,32 UDAs.</li> </ul>	

**UDBA:** Unidade DBA de previdência, equivalente a R\$ 1,00 em 01/09/99, e atualizada na mesma época, pelo mesmo índice geral de reajuste de salários da categoria.

Transpetro	Contribuição definida
<b>Contribuição do participante</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente a 5,32% do salário real de contribuição;</li> <li>Adicional mensal (opcional): o participante pode definir anualmente o percentual de contribuição;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	
<b>Contribuição da patrocinadora</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuição ordinária mensal: equivalente ao valor da contribuição do participante;</li> <li>Esporádica.</li> </ul>	

**CONCEPA****Contribuição definida****Contribuição do participante**

- Contribuição ordinária mensal: equivalente a 2,212% do salário até 2.213,75 UCPPs e a diferença entre 15,42% do SCR e 22% sobre 1.328,25 UCPPs para salários superiores a 2.213,75 UCPPs.
- Adicional mensal (opcional): o participante pode definir anualmente o percentual de contribuição;
- Esporádica.

**Contribuição da patrocinadora**

- Contribuição ordinária mensal: equivalente ao valor da contribuição ordinária mensal do participante;
- Esporádica.

**UCPP:** Unidade CONCEPA de previdência, equivalente a R\$ 1,00 em 01/09/2000 e atualizada na mesma época, de acordo com o índice geral de reajuste de salários concedidos pela patrocinadora.

**SRC:** Salário Real de Contribuição.

**(c) Programa de investimentos****• Renda fixa**

As aplicações em títulos do Governo Federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas, incluem juros e variação monetária que são apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são amortizados em base "pro rata" dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

**• Renda variável**

As aplicações no mercado de ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado determinado pela cotação na data mais próxima à do balanço. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

**• Investimentos imobiliários**

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações. A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa de 2% ao ano, e por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base em laudos de avaliação. As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

No exercício de 2001, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 2.829 de 30 de março de 2001 e na Instrução Normativa nº 12, de 16 de dezembro de 1996 da SPC, procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários relacionados a seguir, conforme laudos técnicos emitidos por peritos especializados. O resultado positivo da reavaliação, no montante de R\$ 24.160 mil, foi registrado em investimentos imobiliários e em despesas e receitas, conforme o caso, do programa de investimentos. As reavaliações dos demais investimentos imobiliários foram realizadas em 1998 e 2000.

**Em reais**

<b>Imóvel</b>	<b>contábil</b>	<b>Valor reavaliado</b>	<b>Valor Resultado</b>
Hiper Casa Forte	19.419	20.619	1.200
Edifício Petros	6.754	12.000	5.246
Edifício Petros - Loja	2.627	4.700	2.073
Edifício Xavantes - Loja	443	1.080	637
Edifício Xavantes - Sobreloja	208	260	52
Edifício José Paranaguá	1.356	940	(416)
Edifício Market Place Tower II	46.433	52.843	6.410
Hiper Bompreço	19.999	26.589	6.590
Edifício Astória	2.650	3.330	680
Edifício Serrador	8.966	11.140	2.174
Edifício Barros Loureiro	13.961	17.800	3.839
Edifício Angélica	9.602	8.340	(1.262)
Edifício Monteiro Lobato	12.175	11.035	(1.140)
Edifício Park Avenue	794	880	86
Edifício Consolação 1	3.280	3.330	50
Edifício Consolação 2	10.772	9.150	(1.622)
Edifício World Trade Center	25.277	24.840	(437)
	<b>184.716</b>	<b>208.876</b>	<b>24.160</b>

**• Operações com participantes**

Registra os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes e assistidos, pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**(d) Ativo permanente**

Os valores que compõem este grupo, incorporados até 31 de dezembro de 1995, estão contabilizados pelo valor de custo, corrigido monetariamente entre a data de aquisição e aquela data. Os valores incorporados a partir de 1º de janeiro de 1996, foram incorporados ao valor de custo. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo às taxas determinadas pela Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998.

No diferido estão registrados os gastos com desenvolvimento de software e com o desenvolvimento de novos planos, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano após concluídos os software e implantados os novos planos.

### (e) Reservas matemáticas

As reservas matemáticas são determinadas por atuários independentes contratados pela Fundação e representam os compromissos líquidos futuros assumidos com relação aos benefícios concedidos e a conceder quanto aos participantes e seus beneficiários.

### (f) Separação das massas do plano Petros

A separação das massas do Plano Petros teve por

base a posição patrimonial em 30 de abril de 2001. Adotou-se o critério de cotas para se vincular o patrimônio às reservas matemáticas de cada patrocinadora, calculadas pela Stea – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda. A partir de 1º de maio de 2001 os registros contábeis passaram a ser individualizados por patrocinadora. Para tanto, os investimentos foram vinculados a cotas de R\$ 1,00, as quais são movimentadas em função das entradas e saídas de recursos de cada patrocinadora e valorizadas pela rentabilidade obtida no programa de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2001 o patrimônio líquido, as reservas matemáticas e o resultado de cada patrocinadora foram os seguintes:

	⊠ ⊠		⊠ ⊠ ⊠		Déficit técnico	
	Patrimônio líquido		Reservas matemáticas			
	30 de abril de 2001	31 de dezembro de 2001	30 de abril de 2001	31 de dezembro de 2001	30 de abril de 2001	31 de dezembro de 2001
<b>Sistema</b>						
<b>PETROBRAS</b>						
PETROBRAS	6.466.482	11.662.194	6.819.101	11.979.416	(352.618)	(317.222)
PETROS	23.161	35.165	24.665	28.855	(1.504)	6.310
BR	370.556	410.654	394.620	460.517	(24.064)	(49.683)
GASPETRO	35.161	38.104	37.445	41.868	(2.283)	(3.764)
BRASPETRO	45.709	50.563	48.677	51.465	(2.968)	(902)
PETROQUISA	80.460	87.646	85.685	96.255	(5.225)	(8.609)
	<b>7.021.529</b>	<b>12.284.326</b>	<b>7.410.192</b>	<b>12.658.377</b>	<b>(388.663)</b>	<b>(374.050)</b>
<b>Empresas Privadas</b>						
ULTRAFÉRTIL	239.838	258.973	255.413	277.673	(15.575)	(18.700)
COPENE	142.119	158.854	151.348	164.046	(9.229)	(5.193)
PETROFLEX	273.814	293.836	291.596	310.540	(17.781)	(16.704)
NITRIFLEX ⊠	43.530	46.621	46.356	49.779	(2.827)	(3.158)
COPEL	138.309	156.944	147.291	149.230	(8.982)	7.715
P.Q.U.	272.394	292.531	290.084	312.296	(17.689)	(19.765)
TRIKEM	12.679	13.734	13.502	15.018	(823)	(1.284)
	<b>1.122.683</b>	<b>1.221.494</b>	<b>1.195.589</b>	<b>1.278.582</b>	<b>(72.906)</b>	<b>(57.089)</b>
<b>Total geral</b>	<b>8.144.212</b>	<b>13.505.820</b>	<b>8.605.781</b>	<b>13.936.959</b>	<b>(461.569)</b>	<b>(431.139)</b>
						⊠ ⊠ ⊠

⊠ – inclui a DSM - Elastômeros Brasil S.A. (1 participante)

⊠ ⊠ – não auditado por auditores independentes (a segregação por patrocinadora)

⊠ ⊠ ⊠ – segundo relatório dos atuários

Os saldos não incluem os outros planos administrados pela Petros, mencionados nas Notas 5 e 10.

Valor da cota em 30 de abril de 2001 - R\$ 1,00000

Valor da cota em 31 de dezembro de 2001 - R\$ 1,14366

O instrumento contratual que formaliza o processo de separação das massas encontra-se em fase de aprovação pelos Conselhos de Administração das empresas patrocinadoras do Plano Petros para posterior encaminhamento à SPC.

### (g) Transferências interprogramas

A Fundação opera os seguintes programas: Previdencial, Administrativo e Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas de resultados de cada programa, para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, que podem ser assim resumidos:

Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica "Resultados Transferidos para Outros Programas" corresponde ao resultado líquido dos investimentos que é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do fundo administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo. Em 31 de dezembro de 2001, foi transferido, também, do Programa de Investimentos para o Programa Administrativo, o valor correspondente às despesas administrativas dos investimentos.

Na demonstração do resultado do Programa Administrativo, o valor referente à rubrica "Recursos Oriundos de Outros Programas" corresponde ao custeio administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica "Recursos transferidos para outros programas" refere-se ao valor revertido do Fundo Administrativo, que foi transferido para o Programa Previdencial. As sobras apuradas no programa administrativo são destinadas ao fundo administrativo. Quando há faltas, estas são compensadas com esse fundo.

#### 4. Realizável

##### Programa Previdencial

O montante de R\$ 1.092.793, em 31 de dezembro de 2000, refere-se ao saldo dos parcelamentos de dívidas da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, conforme contratos assina-

dos em 28 de março de 2000 e 15 de dezembro de 2000, garantidos por 4.318.576.000 e 2.287.620.074 ações preferenciais da PETROQUISA, respectivamente. Os pagamentos da dívida estavam fixados em 60 parcelas mensais, desde janeiro de 2000, com encargos financeiros correspondentes à variação do INPC acrescida de juros de 6% ao ano. Em 28 de dezembro de 2001 a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS liquidou a dívida mediante transferência de títulos públicos federais (nota 10).

O valor de R\$ 83.833 em 31 de dezembro de 2001 refere-se ao incentivo de migração de aposentados e pensionistas para o Plano Petrobras Vida, de responsabilidade das patrocinadoras. Este valor foi restituído à Petros em 16 de janeiro de 2002.

Os créditos junto às patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - Petromisa e Petrobras Comércio Internacional S.A. - Interbras), no montante de R\$ 145.929 (2000 - R\$ 125.244) foram objeto de ação judicial contra a União Federal e estão totalmente provisionados.

Em milhares de reais

	2001	2000
Contribuições do mês	88.430	138.639
Contribuições em atraso - PETROMISA	5.780	5.237
Incentivo à migração a receber	83.833	
Parcelamento de dívida da PETROBRAS		1.092.793
Créditos junto a patrocinadoras liquidadas	145.929	125.244
Provisão para perdas na realização de créditos	(145.929)	(125.244)
Outros	974	2.982
	<b>179.017</b>	<b>1.239.651</b>

## 5. Realizável

### Programa de Investimentos

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.829, de 30 de março de 2001, a carteira é composta de:

Em milhares de reais		
	2001	2000
<b>• Renda Fixa</b>	<b>12.826.686</b>	<b>3.765.138</b>
<b>Títulos do Governo Federal</b>	8.989.586	536.092
Notas do Tesouro Nacional (1)	8.670.757	-
Títulos da dívida agrária	6.879	7.271
Créditos securitizados do Tesouro Nacional	311.950	528.821
<b>Aplicações em instituições financeiras</b>	<b>3.333.287</b>	<b>2.913.174</b>
Letras hipotecárias	48.037	32.825
Cotas FIF - Renda fixa	3.282.082	2.877.806
Debêntures não-conversíveis	3.168	2.543
<b>Títulos de empresas</b>		
Debêntures conversíveis	224.391	132.662
Debêntures não conversíveis	279.422	183.210
	<b>503.813</b>	<b>315.872</b>
<b>• Renda Variável</b>	<b>2.401.933</b>	<b>2.236.992</b>
<b>Mercado de ações</b>		
Mercado à vista	1.635.443	1.567.636
Empréstimos de ações	6	-
Recibo representativo de carteira de ações Telebras	29.988	38.939
	<b>1.665.437</b>	<b>1.606.575</b>
<b>Fundos de investimentos</b>		
Cotas de fundos de ações	575.977	475.126
Cotas de fundos de investimentos imobiliários	154.483	148.421
	<b>730.460</b>	<b>623.547</b>
<b>Outros títulos de renda variável</b>	6.036	6.870
<b>• Investimentos imobiliários</b>	773.967	768.643
<b>• Operações com participantes</b>	331.560	230.584
<b>• Outros investimentos</b>		
Projeto de infra-estrutura	486.553	470.950
<b>Total</b>	<b>16.820.699</b>	<b>7.472.307</b>

(1) Inclui as NTN-B's recebidas da Petrobras, conforme mencionado na Nota 10 e R\$ 489.919 mil de títulos adquiridos durante o exercício de 2001.

Em 31 de dezembro de 2001, houve substancial acréscimo na carteira de Títulos do Governo Federal, em função da liquidação antecipada das dívidas da PETROBRAS, com a transferência de Notas do Tesouro Nacional no valor de R\$ 8.047.060 (nota 10).

A carteira de Cotas FIF - Renda Fixa inclui R\$ 3.188 (R\$ 365 em 31 de dezembro de 2000) correspondentes a outros planos de benefícios administrados pela Petros, assim demonstrados:

Em milhares de reais		
	2001	2000
YPF	815	320
DBA	1.417	-
CDSA	203	45
CONCEPA	22	-
TRANMSPETRO	731	-
<b>Total</b>	<b>3.188</b>	<b>365</b>

A Fundação mantém uma provisão de R\$ 121.193 (R\$ 133.347 em 31 de dezembro de 2000) para perdas com investimentos indicados a seguir referente a aplicações que se encontram pendentes de decisão jurídica ou com baixa possibilidade de êxito em favor da Petros. Os valores provisionados já se encontram deduzidos, por tipo de aplicação, no ativo realizável - programa de investimentos.

Em milhares de reais		
	2001	2000
<b>Banco Agrimisa</b> - aplicação em fundo de commodities, tendo sido requerida a falência da instituição		18.318
<b>Cia Nova América</b> - aplicação em debêntures. Foi ajuizada ação na 10ª Vara Cível visando a recuperação do crédito	8.148	7.970
<b>Lojas Arapuã</b> - aplicação em debêntures, estando a companhia em situação concordatária desde junho de 1998. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para adoção de providências	5.433	5.268
<b>Teletrust de Recebíveis S.A.</b> - aplicação em debêntures. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para adoção de providências	35.998	35.380
<b>Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina</b> - série 004 - provisão constituída em virtude da baixa possibilidade de realização, considerando-se que as séries 001 e 002 já venceram e não foram liquidadas	68.125	62.952
<b>Outros</b>	3.489	3.459
	<b>121.193</b>	<b>133.347</b>

Em 13 de dezembro de 2001, foi assinado um Termo de Compromisso e Outras Avenças entre a Petros e a Goes - Cohabita Participações Ltda., controladora do Banco Agrimisa S.A. em Liquidação Extrajudicial. Por este termo a Petros receberá a importância de R\$ 6.301, em moeda corrente, que será corrigida de 31 de julho de 2001 até a data do efetivo pagamento pelo índice da TR, a ser paga pelo liquidante após a aprovação pelo Banco Central do Brasil da Proposta de Encerramento de Regime de Liquidação Extrajudicial apresentada pela Goes. Com base no citado termo, foi revertida a provisão para perdas relativa ao Banco Agrimisa.

Já foi requerida a falência da Teletrust de Recebíveis S.A., tendo o juiz despachado a citação. Aguarda-se a decretação da falência.

Quanto às Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, os advogados da Petros optaram por retardar a distribuição da ação a ser movida para aguardar a decisão dos embargos de declaração interpostos contra acórdão prolatado pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

## 6. Passivo Operacional Programa Previdencial

Em 31 de dezembro de 2001, o valor registrado neste grupo representa, basicamente, o adiantamento feito pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, no valor de R\$ 2.543.802, como contribuição especial de migração para o Plano Petrobras Vida, cujo valor presente é de R\$ 834 milhões.

## 7. Passivo exigível contingencial

### (a) Dos programas previdencial e administrativo

Foram constituídas provisões para absorver perdas consideradas prováveis, que venham a ocorrer em função de ações ajuizadas contra a Petros, nos seguintes montantes:

	2001	2000
<b>Programa previdencial</b>		
Provisão constituída	21.098	14.887
Depósitos judiciais	(21.098)	(14.887)
<b>Programa administrativo</b>		
Provisão constituída	4.195	4.905

### (b) Do Programa de investimentos

A partir de janeiro de 1998, com base na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, a Fundação passou a provisionar o imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Para o imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras auferidos até 31 de dezembro de 1997, relativamente a períodos anteriores que, para fins tributários, ainda não estavam prescritos, a Petros constituiu provisão em março de 2001 de R\$ 278.077.

Em 27 de dezembro de 2001, a Diretoria Executiva e o Conselho de Curadores da Petros aprovaram as seguintes medidas:

(1) Opção pelo Regime Especial de Tributação (RET) estabelecido no artigo 2º da Medida Provisória no 2.222/2001. Por este regime, a partir de setembro de 2001 o imposto de renda será de 20% sobre o resultado líquido dos investimentos, apurado trimestralmente, limitado a 12% das contribuições das patrocinadoras. A Fundação formalizou esta opção em 27 de dezembro de 2001.

(2) Opção pela anistia prevista no artigo 5º da citada Medida Provisória, que será formalizada até 31 de janeiro de 2002.

Em função dessas medidas, foram estornados os encargos financeiros provisionados, no montante de R\$ 250.190, e ajustado, segundo o RET, o imposto de renda provisionado no período de setembro a dezembro de 2001, sendo de R\$ 36.454 o efeito positivo deste ajuste no resultado.

Em 24 de janeiro de 2000, foi concluída auditoria fiscal do imposto de renda na fonte referente ao exercício social de 1998, incidente sobre os ganhos de aplicações de renda fixa.

De acordo com o termo de encerramento da Secretaria da Receita Federal, foi apurado crédito tributário no total de R\$ 106 milhões (R\$ 80 milhões de principal e R\$ 26 milhões de juros de mora), que já se encontravam provisionados. A administração da entidade apresentou impugnação e, considerando a existência de liminar impedindo a cobrança do tributo enquanto há discussão judicial, a cobrança do crédito pela Receita Federal está suspensa. Em 8

de agosto de 2000, a Petros entrou com recurso voluntário no Conselho de Contribuintes para impedir a constituição do crédito ou necessidade de depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2001 o valor provisionado era de R\$ 598.699 (R\$ 467.280 classificados no passivo contingencial do Programa de Investimentos e R\$ 69.537 classificados como contas redutoras no ativo realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro de 2000), sendo de R\$ 61.882 o acréscimo no exercício de 2001.

## 8. Custeio administrativo

A partir de janeiro de 2000, conforme determinação da SPC, as despesas de administração passaram a ser desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2001, as despesas de administração totalizaram R\$ 58.117 (2000 - R\$ 56.019), sendo R\$ 33.639 (2000 - R\$ 35.004) as despesas de administração previdencial e R\$ 24.478 (2000 - R\$ 21.015) as despesas de administração dos investimentos.

Os critérios adotados pela Petros para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos, foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

A despesa de administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2001, incluindo a despesa com administração dos investimentos, situou-se em 1,0% (2000 - 3,83%) das receitas previdenciais correntes.

## 9. Reservas técnicas e fundos

	Reservas	
	técnicas	Fundos
Saldo em 1º de janeiro de 2000	5.821.653	22.580
Déficit do exercício de 2000	(101.070)	-
Formação de reservas e fundo	<u>2.422.926</u>	<u>8.096</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2000	<b>8.143.509</b>	<b>30.676</b>
Déficit do exercício atual	(346.686)	-
Formação de reservas e fundo	<u>5.711.927</u>	<u>303.877</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2001	<b>13.508.750</b>	<b>334.553</b>

Na formação de fundos em 31 de dezembro de 2001 está incluída a constituição de fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, de natureza previdencial, calculado pelo atuário, no valor de R\$ 212, do Plano DBA.

## 10. Reservas matemáticas

As reservas matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos, STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda. e VMC Consultoria Atuarial, conforme pareceres datados de 30 e 16 de janeiro de 2002, respectivamente, e encontram-se demonstradas em consonância com as Portarias SPC nº 58 e nº 78, de 31 de agosto e de 30 de novembro de 1994, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, as reservas matemáticas e o resultado acumulado eram compostos como indicado a seguir:

	2001	2000
<b>Benefícios concedidos</b>		
Benefícios do plano	<u>12.383.480</u>	<u>11.243.622</u>
<b>Benefícios a conceder</b>		
Benefícios do plano com a geração atual	5.612.137	5.135.390
Outras contribuições da geração atual	(2.518.128)	(2.443.374)
Benefícios do plano com as gerações futuras	825.301	794.485
Outras contribuições de gerações futuras	<u>(2.362.901)</u>	<u>(2.267.215)</u>
	<b>1.556.409</b>	<b>1.219.286</b>
<b>Reservas a amortizar</b>		
Pelas contribuições especiais vigentes	-	(4.234.946)
<b>Reservas matemáticas</b>	<b>13.939.889</b>	<b>8.227.962</b>
<b>Resultado acumulado</b>		
Pelas contribuições especiais vigentes	(84.453)	16.617
Pelas contribuições especiais vigentes	<u>(346.686)</u>	<u>(101.070)</u>
	<u>(431.139)</u>	<u>(84.453)</u>
	<b>13.508.750</b>	<b>8.143.509</b>

A reserva matemática de benefícios a conceder inclui R\$ 2.930 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2000) referentes a outros planos administrados pela Petros, conforme abaixo:

	2001	2000
YPF	794	333
DBA	1.191	-
CDSA	200	45
CONCEPA	22	-
TRANSPETRO	731	-
<b>Total</b>	<b>2.930</b>	<b>378</b>

### Benefícios concedidos

Registram o valor dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos a serem pagos pela Fundação aos participantes, assistidos e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

### Benefícios a conceder

Registram o valor dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder.

#### (a) Benefícios do plano com a geração atual

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, avaliados de acordo com a nota técnica atuarial.

#### (b) Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos (ou de novos empregados das patrocinadoras), assim como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção dos benefícios, quanto pelas patrocinadoras.

#### (c) Benefícios do plano com as gerações futuras

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes das gerações futuras.

#### (d) Outras contribuições das gerações futuras

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes das gerações futuras.

#### Reservas a amortizar - pelas contribuições especiais vigentes

Registram, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições especiais futuras, já vigentes na data das demonstrações contábeis.

#### Superávit/déficit técnico

Registra o excedente/insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais.

Em 31 de dezembro de 2001, o déficit técnico acumulado do Plano Petros era de R\$ 431.139 (R\$ 84.453 em 31 de dezembro de 2000). O déficit técnico apurado no exercício, de R\$ 346.686, é de natureza conjuntural, tendo como causa principal a rentabilidade do programa de investimentos que, afetada pela queda das bolsas de valores, foi inferior à meta atuarial (6% a.a. mais variação do INPC). Caso o déficit técnico não seja revertido no decorrer do exercício de 2002, será equacionado na forma da legislação vigente.

Os demais planos administrados pela Petros encontravam-se em equilíbrio em 31 de dezembro de 2001 e de 2000.

#### Reservas a amortizar - PETROBRAS

Para sustentação e estabilidade do plano de custeio, os encargos relativos à massa de empregados existentes na PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS antes da constituição da entidade, ficaram desvinculados da taxa contributiva aplicada sobre o montante mensal dos salários de contribuição (Nota 3b) e, desde então, a PETROBRAS passou a assumir, através de uma parcela fixa mensal, o custeio dos benefícios pagos pela entidade a esse grupo de participantes. O valor dessa parcela mensal, a partir de janeiro de 2000, corresponde aos benefícios pagos mensalmente ao mencionado grupo de participantes,

conforme o terceiro aditivo, datado de 6 de novembro de 2000, ao convênio de 2 de julho de 1996. As parcelas dos exercícios subsequentes serão revisadas atuarialmente até o prazo final do respectivo convênio, que é dezembro de 2020, que é o tempo médio previsto de sobrevivência dos beneficiários a que se refere esse grupo. Ainda conforme o terceiro aditivo assinado, a PETROBRAS assumiu um parcelamento de dívida de R\$ 434.648, correspondente aos benefícios do grupo de participantes "pré/70" posteriores a dezembro de 2020.

Em 19 de janeiro de 2000, a Diretoria Executiva da PETROBRAS aprovou proposta de liquidação antecipada de parte da obrigação, no valor de R\$ 1.625.960, permanecendo o valor restante de R\$ 4.330.608 para ser equacionado dentro do convênio já firmado entre a Petros e aquela patrocinadora. Aquele montante foi liquidado da seguinte forma:

- (a) R\$ 400.000 em espécie, em dezembro de 2000;
- (b) R\$ 405.430 em títulos da dívida pública federal, em janeiro de 2000; e
- (c) R\$ 820.530 mediante instrumento de parcelamento de dívida (Nota 4).

Em 20 de junho de 2001, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, órgãos da PETROBRAS, aprovaram a troca, condicionada à aprovação final do Tesouro Nacional, das NTN-P por NTN-B com o Tesouro Nacional no valor de R\$ 5.304 milhões, a serem destinados ao pagamento total da dívida da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS com a Petros, referente ao saldo da reserva a amortizar e dos parcelamentos de dívidas daquela patrocinadora.

A autorização para emissão das NTN-B foi concedida através da Portaria nº 59, de 31 de janeiro de 2002, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional. O total das NTN-B, a preços de 15 de novembro de 2001, é de R\$ 8.047.060, incidindo juros de 6% ao ano e atualização pelo IPCA, sendo da modalidade nominativa e negociável. O valor do principal é resgatável em 15 de novem-

bro 2013 (R\$ 1.476.244) e 15 de novembro de 2033 (R\$ 6.570.816).

Em 27 de dezembro de 2001 foi assinado contrato entre a União e a PETROBRAS formalizando emissão de títulos públicos federais em nome da Petros, no valor de R\$ 8.047.060. O valor desses títulos teve a seguinte destinação:

	<b>Posição em 31 de dezembro de 2001</b>
Valor de face dos títulos em 15 de novembro de 2001	8.047.060
Rendimentos no período de 16 de novembro a 31 de dezembro de 2001	133.778
	<b>8.180.838</b>
Liquidação do saldo da Reserva a Amortizar	4.414.350
Taxa de administração	281.767
	<b>4.696.117</b>
Liquidação do saldo dos parcelamentos da dívida	940.919
Adiantamento de contribuição especial de migração para o Plano Petrobras Vida	2.543.802
	<b>8.180.838</b>

### Fator previdenciário

Os efeitos decorrentes da introdução do fator previdenciário (Lei nº 9.876), no montante de R\$ 542.665, estão refletidos nas reservas matemáticas do Plano Petros.

CARLOS HENRIQUE FLORY  
*Presidente*

SOLON GUIMARÃES FILHO  
*Diretor*

ELIANE ALEIXO LUSTOSA  
*Diretora*

FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES  
*Diretor*

JOSÉ DE MELO  
CRC-RJ-18.619-1  
CPF 036.569.267-0

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

31 de janeiro de 2002

Aos Participantes e às Patrocinadoras  
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

1 Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e as correspondentes demonstrações do resultado e do fluxo financeiro dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição das reservas matemáticas foi conduzida sob a responsabilidade de consultores atuariais externos à entidade e nosso parecer, no que se refere à determinação da composição do exigível atuarial, está baseado exclusivamente nos pareceres desses consultores.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Nosso parecer sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2000 foi ressalvado em virtude da entidade não ter constituído provisão para fazer face ao imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras auferidos até 31 de dezembro de 1997, cujo montante estimado naquela data, por sua administração, era de R\$ 293 milhões. Conforme mencionado na Nota 7(b), o registro contábil dessa provisão foi efetuado em março de 2001.

4 Com base em nossos exames e nos pareceres dos consultores atuariais externos, como referido no primeiro parágrafo, somos de parecer que, exceto pelos efeitos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2000 da falta de provisão mencionada no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e o resultado das operações e o fluxo financeiro dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

PricewaterhouseCoopers  
*Auditores Independentes*  
CRC-SP-160-S-RJ

---

Luiz Márcio Malzone  
*Sócio Contador*  
CRC-RJ-31.376-7

## PLANO PETROS

As Reservas Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência, classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos	: R\$ 12.383.479.825,00
Benefícios a Conceder	: R\$ 1.553.479.217,00
Reservas a Amortizar	: R\$ 0,00
<b>Total</b>	<b>: R\$ 13.936.959.042,00</b>

Além das reservas, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos	: R\$ 00,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos	: R\$ 00,00
Outros Fundos	: R\$ 334.341.443,53
<b>Total</b>	<b>: R\$ 334.341.443,53</b>

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas às patrocinadoras epigrafadas - R\$ 13.840.161.902,42 (13.505.820.458,89 + 334.341.443,53) -, configurando-se, portanto, o déficit técnico: (R\$ 431.138.583,11), cerca de 3,12% do patrimônio líquido.

Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

**I** - maior produtividade no investimento;

**II** - dotações patrimoniais;

**III** - elevação das taxas contributivas;

**IV** - redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;

**V** - revisão do plano de benefícios.

A primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos dispensável em face do déficit despiendo.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2002

*Rio Nogueira*  
MIBA Nº 166

## PLANO CACHOEIRA DOURADA

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31.12.2001, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Benefícios Concedidos	: R\$ 00,00
Benefícios a Conceder	: R\$ 200.010,46
Benefícios do Plano com Geração Atual	: R\$ 370.361,53
Outros Contribuição da Geração Atual	: R\$ (170.351,07)
Reservas a Amortizar	: R\$ 00,00
<b>Total</b>	<b>: R\$ 200.010,46</b>

Em relação a parte do plano concebida no regime de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes. Quanto à parte em "Benefício Definido", o custo pode variar pelo ingresso ou retirada de participantes, bem como pela não verificação das hipóteses adotadas.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses e métodos.

Da comparação desses resultados com o Patrimônio Líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2002.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2002

*Marília Castro*  
MIBA Nº 351

### PLANO YPF

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31.12.2001, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Benefícios Concedidos	: R\$	00,00
Benefícios a Conceder	: R\$	793.620,01
Reservas a Amortizar	: R\$	00,00
<b>Total</b>	<b>: R\$</b>	<b>793.620,01</b>

Por tratar-se de plano do tipo "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses e métodos.

Da comparação desses resultados com o Patrimônio Líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2002.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2002

*Marília Castro*  
MIBA Nº 351

### PLANO TRANSPETRO

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31.12.2001, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Benefícios Concedidos	: R\$	00,00
Benefícios a Conceder	: R\$	723.384,55
Benefícios do Plano com Geração Atual	: R\$	723.384,55
Reservas a Amortizar	: R\$	00,00
<b>Total</b>	<b>: R\$</b>	<b>723.384,55</b>

Por tratar-se de plano do tipo "Contribuição Definida", o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses e métodos.

Da comparação desses resultados com o Patrimônio Líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2002.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2002

*Marília Castro*  
MIBA Nº 351

## PLANO DBA

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31.12.2001, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Benefícios Concedidos	: R\$	00,00
Benefícios a Conceder	: R\$	1.190.650,40
Benefícios do Plano com Geração Atual	: R\$	2.116.181,88
Outras Contribuições da Geração Atual	: R\$	(925.531,48)
Reservas a Amortizar	: R\$	00,00
<b>Total</b>	<b>: R\$</b>	<b>1.190.650,40</b>

Em relação a parte do plano concebida no regime de "Contribuição Definida" não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes. Quanto à parte em "Benefício Definido", o custo será redimensionado anualmente e poderá variar em função do ingresso ou retirada de participantes ou discrepância entre as hipóteses adotadas no cálculo e a variação salarial, incidência de invalidez ou doença ou rentabilidade obtida na aplicação de recursos observadas.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses e métodos.

Da comparação desses resultados com o Patrimônio Líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2002.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2002

*Marília Castro*  
MIBA Nº 351

## PLANO CONCEPA

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31.12.2001, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Benefícios Concedidos	: R\$	00,00
Benefícios a Conceder	: R\$	22.024,17
Benefícios do Plano com Geração Atual	: R\$	22.024,17
Reservas a Amortizar	: R\$	00,00
<b>Total</b>	<b>: R\$</b>	<b>22.024,17</b>

Por tratar-se de plano do tipo "Contribuição Definida", o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Relativamente ao último DRAA apresentado, não houve alteração de hipóteses e métodos.

Da comparação desses resultados com o Patrimônio Líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2002.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2002

*Marília Castro*  
MIBA Nº 351

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, com a presença dos Conselheiros Marcos Antonio Silva Menezes, Adonaide Crispin da Silveira e Pedro Augusto Bonesio, examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e um, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Fluxo Financeiro, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres dos Auditores Independentes e dos Atuários Externos. Adicionalmente, foram examinados o Quadro Demonstrativo da Evolução do Déficit / Superávit Técnico e o Quadro de Composição dos Investimentos. Das demonstrações apresentadas, releva destacar: a) que contemplam os Planos de Benefícios instituídos pelas patrocinadoras Petrobras, YPF, DBA, CDSA, Concepa e Transpetro, conforme apresentado na nota explicativa n.º 1 – Contexto Operacional das Demonstrações Contábeis; b) que a Fundação apresentou, no exercício de 2001, déficit técnico de R\$ 346.686 mil e que, depois de adicionado o resultado de exercícios anteriores, resultou em déficit técnico de R\$ 431.139 mil.

Com base nos exames efetuados e considerando ainda o parecer sem ressalvas da PricewaterhouseCoppers Auditores Independentes e as avaliações atuariais procedidas pela STEA – Serviços Técnicos de Estatísticas e Atuária Ltda. e VMC Consultoria Atuarial, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2001 refletem a real situação patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Curadores.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2002.

Marcos Antonio Silva Menezes  
*Presidente*

Adonaide Crispin da Silveira  
*Conselheiro*

Pedro Augusto Bonesio  
*Conselheiro*

## ATA 258 DO CONSELHO DE CURADORES

Aos seis dias do mês de março de 2002, na sede da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, na Rua do Ouvidor, n.º 98 - 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, realizou-se a reunião 258ª do Conselho de Curadores, convocada na forma prevista no § 1º do artigo 23 do Estatuto da Petros, sob a presidência do Conselheiro José Lima de Andrade Neto e com as presenças dos Senhores Conselheiros-Curadores Alberto Boyadjian, Aloísio Felix da Nóbrega, Jarbas Amorim Americano, Paulo César Chamadoiro Martin e Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão. Iniciada a reunião às quatorze horas, o Presidente declarou abertos os trabalhos para exame e deliberação sobre o item único em pauta: Demonstrações Contábeis da Petros relativas ao Exercício de 2001 e as contas da Diretoria Executiva, encerradas em 31-12-2001, da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O Conselheiro Aloísio Felix da Nóbrega, designado relator da matéria, solicitou ao Presidente do Conselho que fosse convidado o Gerente de Controle para expor e comentar os principais fatos e resultados contábeis registrados no balanço do ano de 2001; e, pediu também a presença do Gerente de Produto e da Chefe do Setor de Atuária, para prestarem esclarecimentos sobre a avaliação atuarial dos planos administrados pela Petros e seus respectivos impactos sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2001. Feitas e concluídas as exposições dos convidados e respondidas as questões formuladas pelos Senhores Conselheiros, o Presidente agradeceu aos expositores e, então, na presença tão-somente dos Conselheiros, solicitou ao Conselheiro Relator que expusesse seu voto. O Relator, considerando que o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que as "demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Petros" e, também, considerando o parecer favorável dos auditores independentes, expôs e concluiu seu voto recomendando a aprovação das Demonstrações Contábeis e das contas da Diretoria Executiva da Petros, encerradas em 31-12-2001. Colocada a matéria em votação, o

Conselho de Curadores decidiu, com votos contrários dos Conselheiros Paulo César Chamadoiro Martin e Ricardo de Moura Albuquerque Maranhão, aprovar as Demonstrações Contábeis e as contas da Diretoria Executiva relativas ao ano de 2001, cumprindo, portanto, o disposto no artigo 31 e no inciso X do artigo 24 do Estatuto da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros. Os votos dos Conselheiros Paulo César Chamadoiro Martin e Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão serão apresentados pos-

teriormente por escrito e serão anexados à presente ata. Às dezesseis horas, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente José Lima de Andrade Neto e pelos Conselheiros-Curadores Alberto Boyadjian, Aloísio Felix da Nóbrega, Jarbas Amorim Americano, Paulo César Chamadoiro Martin e Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão e por mim, José Augusto Ferreira Meireles, Secretário-Geral.

José Lima de Andrade Neto  
*Presidente*

Alberto Boyadjian  
*Conselheiro*

Aloísio Felix da Nóbrega  
*Conselheiro*

Jarbas Amorim Americano  
*Conselheiro*

Paulo César Chamadoiro Martin  
*Conselheiro*

Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão  
*Conselheiro*

José Augusto Ferreira Meireles  
*Secretário-Geral*